

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA SUCESSO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Letícia de Oliveira SANTOS¹

Resumo. O presente trabalho teve como objetivo realizar um estudo bibliográfico acerca da inclusão de pessoas com necessidades, procurando perceber os meios de acessibilidade, permanência e sucesso escolar desses estudantes. O trabalho apresenta como eixos centrais de discussão as Políticas da Educação Especial, a Declaração de Salamanca (1994), um dos pontos de partida mais relevantes em prol desta modalidade, e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, (LDBEN 9394/96). A Educação especial está pautada numa política de justiça e igualdade social, permitindo assim, a abertura de espaços cada vez mais significativos na escola. O trabalho inicialmente traz um breve histórico da Educação Especial no Brasil, refletindo sobre os caminhos percorridos para os avanços alcançados ao longo do tempo. Em seguida, refletimos sobre as políticas públicas, fator indispensável para a abertura dos espaços educativos inclusivos de que realmente a sociedade necessita. E por fim, tecemos algumas considerações relativas à inclusão e sucesso escolar de estudantes com necessidades especiais, demonstrando assim avanços e desafios vivenciados pela educação especial brasileira.

Palavras-Chave: Educação Especial; Avanços; Desafios.

INTRODUÇÃO

Este texto pretende refletir de maneira sucinta sobre a educação inclusiva e as possibilidades de acesso, permanência e sucesso escolar de estudantes com necessidades especiais. No Brasil, muitas conquistas foram alcançadas por meio de embates e implementação de políticas públicas assistencialistas comprometidas com as minorias.

A Educação Especial, modalidade de ensino previsto na Lei de Diretrizes e Bases vigente (LDBEN, nº 9396/96), percorreu um longo caminho entre lutas e desafios até alcançar o espaço que temos visualizado na contemporaneidade, este espaço apresenta lacunas e, sobretudo e muitos desafios as serem superados.

Para isso, as escolas têm buscado dentro de uma política inclusiva e pautada na inserção dos sujeitos independente de suas habilidades ou dificuldades, a adequação da

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM/CEDU/UFAL), Pedagoga (CEDU/UFAL), Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Semed Flexeiras/AL. Email: leticiaoliveiraufal@gmail.com

estrutura física e formação docente para atender um público muito específico, a saber: pessoas com necessidades especiais.

Desafio é a palavra que legitima a situação da educação especial. Temos o desafio de estabelecer condições que perpassem a barreira da discriminação, além do investimento materializado, pois é de suma importância a adequação do ambiente educativo para atender este público tão específico.

Se outrora, num passado bem presente, esses sujeitos viviam reclusos, sem expectativas de ao menos frequentarem uma escola regular, por situações tão adversas como: a ausência de uma estrutura física adequada das escolas; de uma política de permanência com aplicabilidade direta nos setores de interesse social e formação continuada de professores, apesar desses impasses, temos visto uma melhoria bastante significativa, é o que explica (KASSAR, 2011, p. 9)

A partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o MEC tem implantado um conjunto de programas e ações para formação da política de educação inclusiva. São ações com esse propósito: Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial e Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado; Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível, que visa à adaptação arquitetônica das escolas; Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, de formação de multiplicadores para a transformação de sistemas educacionais comuns em sistemas inclusivos; Programa Incluir, para acesso às instituições federais de ensino superior aos alunos com deficiências. (KASSAR, 2011, p.9)

E são exatamente os programas relatados pela autora que promovem o desenvolvimento educacional, não apenas da perspectiva inclusiva, mas da educação como um todo. As escolas e a sociedade são contempladas com investimentos, melhorando assim a vida das pessoas, pela possibilidade de desenvolvimento cognitivo, autoestima e inserção no mundo do trabalho (dentro de das especificidades). Quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano em suas diferenças, que possibilitem a eles estar na escola, interagir, socializar-se e aprender, podemos acreditar que as políticas estarão cumprindo o seu papel. (BARRETA E CANAN, 2012, p. 7)

Neste sentido, as políticas públicas são essenciais para garantir a melhoria da sociedade, desde que sejam executadas com responsabilidade. Não basta simplesmente incluir, é necessário atentar para o respeito à diversidade.

Por este motivo é que desenvolvemos um trabalho voltado a compreender as formas de

como as escolas se organizam para viabilizar inclusão social. Destacamos a necessidade de avançar na parte estrutural das instituições, ou organizacional com gestão de caráter democrático, com todos os aparatos legais e formais, e, sobretudo políticos, para a formação dos nossos docentes, com o intuito de romper com a estagnação de certas práticas educativas para assim dar abertura às novas tendências e necessidades da educação contemporânea e inclusiva.

O Objetivo geral foi realizar um estudo bibliográfico acerca da inclusão de pessoas com necessidades especiais e os meios de entrada, permanência e sucesso escolar desses indivíduos, os objetivos específicos ativeram-se descrever sobre políticas públicas inclusivas; identificar as características da educação inclusiva e refletir sobre os meios que possibilitam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de pessoas com deficiência.

A metodologia utilizada neste trabalho foi de cunho bibliográfico onde foi realizado reflexões teóricas sobre a atual conjuntura da educação inclusiva, na possibilidade de verificar quais as formas que as escolas tem se utilizado para garantir acesso, permanência e sucesso desses indivíduos numa perspectiva de escola inclusiva.

A relevância deste estudo é reconhecer que todos os indivíduos, independente das suas necessidades físicas ou cognitivas podem ser inseridos nas escolas públicas, mas as escolas além de incluir precisa garantir permanência e sucesso escolar dos estudantes com necessidades especiais por meio de situações de caráter inclusivo que refletiremos a seguir.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Antes de tecermos considerações a respeito da história da Educação Especial no Brasil, refletiremos um pouco sobre a concepção de deficiência fazendo referencia direta às pessoas portadoras de alguma necessidade quer seja intelectual, auditiva, visual, motora, física, ou até mesmo superdotação.

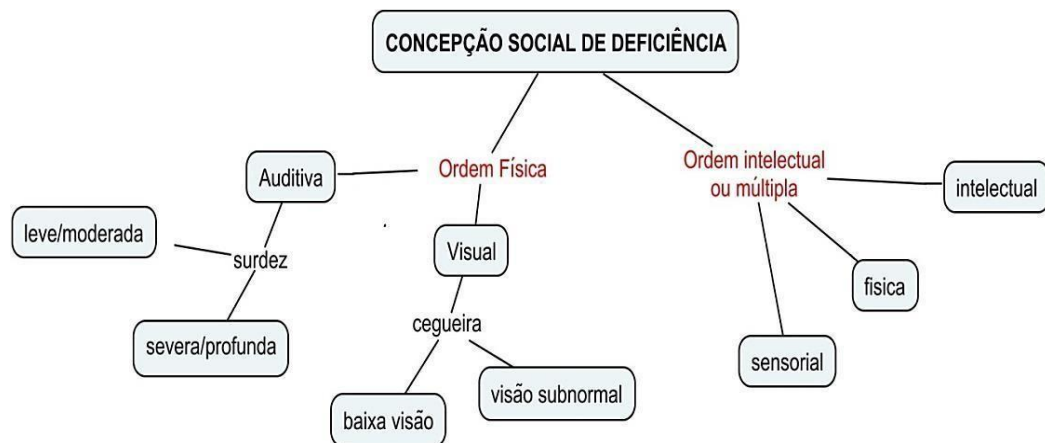
Neste sentido, a concepção de deficiência pela abordagem clínica está explicitada na seguinte definição: A abordagem clínica relaciona a deficiência a um problema físico/orgânico, que traz limitações sociais, colocando quem a possui numa condição diferente no exercício dos seus direitos. A partir da idade moderna esta concepção passou a exercer forte influência na forma de se conceber a deficiência, que na idade antiga era considerada

como algo necessário de ser abolido através da morte, por infanticídio, das crianças que apresentavam esta condição ao nascer e na idade média era concebida como resultado de ações demoníacas ou uma condição passível de receber assistência. (PIMENTEL, 2013, p. 8)

Essas limitações físicas ou cognitivas produziram ao longo da história, a reclusão social dos indivíduos, uma vez que há muitas especificidades a serem consideradas quando nos referimos à educação especial inclusiva.

É evidente que os gargalos que norteiam a educação especial e inclusiva ainda são grandes obstáculos para as instituições educativas. Mesmo com todo o esforço para promover a inserção de estudantes com necessidades especiais, as políticas educacionais andam a passos lentos e tímidos.

Concepção social de deficiência, associada a causas orgânicas:



Fonte: Pimentel (2013, p. 8)

Ao considerarmos as deficiências apresentadas acima, visualizamos imediatamente os limites e possibilidades dos sujeitos que apresentam alguma necessidade especial. Por este motivo, desejar uma “educação para todos”, sem contemplar a todos, invalida todo esse discurso.

Refletiremos brevemente sobre os caminhos percorridos pela educação especial.

Então, a contextualização da Educação Especial desde a antiguidade até os dias atuais foi de fundamental importância para o desenvolvimento da escola inclusiva, pautada na inserção de pessoas com certas necessidades de ordem física, ou cognitiva, é o que Rogalski (2010, p. 2) esclarece:

<http://www.maceio.al.gov.br/semec/revista-saberes-docentes-em-acao>

É importante contextualizar a Educação Especial desde os seus primórdios até a atualidade, para que se perceba que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, longe de serem responsáveis pela negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de terem acesso à educação. Evidencia-se que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais.

No segundo império brasileiro, sob ordem de D. Pedro II, o atendimento às pessoas com deficiência ganhou espaço com o surgimento de duas entidades: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje denominado IBC - Instituto Benjamin Constant, e três anos depois, o Instituto dos Surdos Mudo (1857), atualmente conhecido como INES – Instituto Nacional da Educação dos Surdos. Ambas as instituições estão situadas no Rio de Janeiro.



Figura 1: Antigo Instituto de Meninos Cegos, RJ

<http://www.ibc.gov.br/>



Figura 2: Antigo Instituto de Surdos-Mudos, RJ.

<http://riodejaneirodehontem.blogspot.com.br/>

Destaca-se ainda no século XX, por volta de 1926, a criação do Instituto Pestalozzi com visão especializada no acompanhamento e atendimento às pessoas com alguma deficiência mental.

A criação das (APAEs), Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1954, desencadeou um aumento considerável no montante de escolas destinadas às pessoas com necessidades especiais, isto significou no Brasil avanços muito representativos no âmbito da educação inclusiva. Rogalski (2010).

A partir da década de 1970 é que de fato no Brasil vislumbrou-se uma corrente de pensamentos voltados a debater, pleitear, argumentar e defender as interrogações voltadas à educação especial inclusiva.

Em meados da década de 1970, a luta pelo intermédio social a inserção de pessoas com deficiência passou a ser debatida mais claramente e com perspicácia de futuro melhor para a educação especial inclusiva, porém, estudos evidenciam que só por volta dos anos 1980 é que se acirrou a luta pelos direitos das pessoas com necessidades especiais, como afirma (SILVA, 2009, p. 6): “A década de 1980 foi marcada pela promoção de muitos encontros e

congressos internacionais no intuito de mobilizar os países a reestruturarem suas políticas em prol da inserção dos deficientes na esfera social”.

Ocorreu em nosso país a criação das primeiras instituições inclusivas públicas e privadas, atendendo a demanda, mas, os avanços conquistados neste país sucederam-se por meio de muitos entraves políticos e, sociais, bem como a educação especial. “A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes, começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), da aprovação da Constituição Federal de 1988 e da LDB 9394/96”. (ROGALSKI, 2010, p.3)

Compreendemos assim que a Declaração de Salamanca (1994) foi crucial para a marcha pela Educação especial e inclusiva, educação esta já contemplada pela Constituição Federal de 1988, e assim, consolidado às leis favoráveis aos deficientes no Brasil com a vigente LDBEN.

A educação inclusiva está pautada numa política de justiça e igualdade social que contempla alunos com alguma deficiência, bem como se lê no texto da Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17,18).

Não só pelas crianças, mas partindo de uma visão mais generalizada, a escola deve estar preparada para atender a todos os sujeitos, com as mais diversas particularidades. Esta Declaração enfatiza a inserção da criança provavelmente porque a educação formal inicia-se na infância, e vai alcançando os níveis ou modalidades necessárias para a aquisição do conhecimento, do saber científico e do pensamento crítico.

Mas, sob a perspectiva da Declaração de Salamanca (1994), o sistema educacional brasileiro mais do que nunca deverá preparar-se para atender a nova demanda da sociedade, e isso interfere diretamente na formação inicial e continuada dos professores e demais educadores, para assim visualizarmos esta necessidade e caminharmos a favor da igualdade de oportunidade para todos os cidadãos.

A Declaração de Salamanca é a Linha de Ação sobre pessoas com necessidades educativas especiais, proclama que a escola é a ambiente mais assegurado para lutar contra as

atitudes excludentes. Lutamos por “uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 9).

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Educação Especial Inclusiva traz grandes questionamentos sobre a estrutura das escolas, buscando agregar as políticas públicas para a promoção de uma educação justa, igualitária e qualitativa.

Convém ressaltar que a sociedade não para. Vivemos numa corrida desenfreada pelo acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, caminhamos conectados às novas metodologias de ensino e ressignificação do ato educativo, tentando romper com a herança tradicional fortemente elucidado nas nossas escolas, nos permitindo refletir diariamente sobre o que vem a ser o ato educativo.

Considerando-se que o ato educativo, além de pedagógico, é eminentemente político. É preciso elevar a capacidade crítica de todos os professores de modo a perceberem que a escola, como instituição social, está inserida em contextos de injustiças e de desigualdades que precisam ser modificados. (ROGALSKI, 2010, p. 11).

Quando a autora cita contextos de injustiças e desigualdades, nos remete a questão da própria educação especial inclusiva, uma vez que tantos alunos neste país viviam ou ainda vivem sem condições de frequentar espaços educativos próprios, ou adaptados.

É perceptível em casos mais amplificados, a manutenção de uma estrutura administrativa dissociada dos interesses daqueles que estão à margem da sociedade, seja sob qualquer esfera, (municipal, escolar, ou mesmo comunitário), nos impedindo de dar saltos qualitativos capazes de modificar esta situação.

Remetendo-se a educação especial, destacamos a seguinte fala de Calheiros e Fume (2011, pg. 6): “Incluimos o direito das pessoas com deficiência não só frequentarem os espaços educacionais, mas que também tenham toda uma equiparação de oportunidades.”

Com o advento da democratização escolar, vivenciamos ainda o paradoxo de inserção/exclusão quando nos referimos ao acesso a níveis mais elevados de educação, e mesmo assim, é possível perceber a exclusão. Então questionamos: Quantos sujeitos com

necessidades especiais estão matriculados ou ainda conseguem permanecer e concluir com êxito os estudos? Temos alguns avanços, porém ainda precisaremos caminhar muito.

Esse gargalo escancara os mecanismos de discriminação percebidos socialmente em detrimento das características pessoais, intelectuais, deficiência física, cultural, social, linguísticas, dentre outras bases estereotipadas.

Em 1988, a Constituição Federal (CF) definiu como uma de umas metas, no artigo 3º, inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Já o artigo 205 da mesma (CF) determina “a educação como um direito de todos, possibilitando ao indivíduo o direito à cidadania e o desenvolvimento e qualificação para o trabalho.”

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Adentraremos a discussão sobre a inclusão de estudantes com necessidades especiais na educação básica. A professora Rita de Biaggio realizou um estudo evidenciando o quanto as escolas precisaram mudar suas rotinas, além de proporcionar benefícios para todos, inclusive formação continuada dos professores e funcionários da escola. “O aumento do número de deficientes na educação faz parte no movimento mundial pela inclusão.” (BIAGGIO, 2007, p. 19). Mas, se a política de inclusão educacional traz benefícios para todos, também lança novos desafios para instituições, professores e sociedade.

A educação especial inclusiva deve ser estabelecida a partir da educação infantil, pois todas as crianças devem ter aprender a respeitar as diferenças e também criar estratégias para ajudar o próximo, partindo de uma cultura de acessibilidade e solidariedade.

A escola atuando na formação de cidadãos sensíveis, a partir de programas de inclusão, terá uma ação prática e reflexiva sobre os estudantes portadores e necessidades, a escola ou a instituição de educação infantil torna-se inclusiva quando há um Projeto Político Pedagógico elaborado coletivamente.

Figura 3 - Inclusão social: todos por esta causa



Fonte: <http://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva/>

Apesar de certos impasses para a modalidade, o que inclui acessibilidade e a continuada formação de professores, é possível ver um avanço muito significativo nas matrículas de estudantes com necessidades especiais em todos os níveis e modalidades educacionais. Isso demonstra que as lutas pela inclusão começam a dar seus resultados na medida em que as escolas, sejam elas públicas ou privadas, promovem a abertura de seus espaços para atender a demanda em discussão.

Este atendimento especializado depende dos fatores já evidenciados ao longo do trabalho, porém enfatizamos:

- Formação de professores;
- A estrutura física das instituições e
- Políticas institucionais de permanência e conclusão desses estudantes.

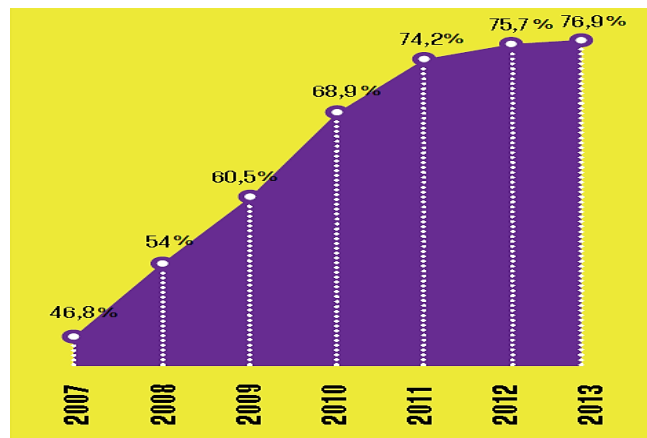
É de suma importância haver o entendimento de que não basta apenas incluir, se faz primordial garantir o sucesso desse alunado.

Para que as escolas estejam preparadas para receber todos os alunos, o Programa Escola Acessível promove a acessibilidade ao ambiente escolar, por meio de salas com recursos multifuncionais e adequação do espaço físico, por exemplo, para atender estudantes com deficiência. Mais de 48 mil escolas foram beneficiadas com recursos do programa. (PORTAL DO MEC, 2018)

O Ministério da Educação (MEC) nos mostra os avanços nas matrículas de estudantes com necessidades especiais numa perspectiva inclusiva, ao passo que em todo o Brasil muitas escolas já tem se adequado às necessidades da sociedade atual. Isto representa sem dúvida, um grande avanço para a nossa sociedade.

A porcentagem de alunos com deficiência matriculados em classes comuns nas escolas básicas brasileiras passou de 46,8%, em 2007, para 76,9%, em 2013. O Brasil caminha na direção de grandes consensos globais sobre a educação inclusiva, que postulam uma escola para todos. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/>

Crescimento das matrículas de estudantes com necessidades especiais na Educação Básica brasileira entre 2007 a 2013



Fonte: (EDUCATRIX, 2015, p. 97)

Em 2007, havia 46,8% de estudantes especiais matriculados nas escolas de educação básica, em 2013 os números representaram 76,9%. Observa-se no gráfico um salto de valores quantitativos e qualitativos para a educação especial na educação básica, uma vez que em sete anos, o crescimento das matrículas foi considerado 30,1%. “Hoje, dos 843,3 mil alunos com deficiência matriculados nas escolas públicas brasileiras, 648,9 mil estão em classes comuns, e 194,4 mil em classes especiais.” (EDUCATRIX, 2015, p. 96)

Esses dados representam conquistas fundamentais, há acima de tudo o reconhecimento da inclusão com a finalidade de valorização da diversidade humana. Essas matrículas interferem diretamente na sociedade e no mundo do trabalho, pois esta ação desencadeia uma via de mão dupla, ocorrendo a formação escolar do cidadão, e a inserção no mundo do trabalho, dentro das especificidades de cada um, obviamente, inclusive os concursos públicos e seleções de trabalho reservam uma quantidade de vaga específica para estudantes com necessidades especiais, o que exige desses estudantes uma formação escolar mínima.

A seguir temos um mapa conceitual onde exemplifica os caminhos da Educação Inclusiva:

Figura 4 - Mapa conceitual da Educação Inclusiva



Fonte: <http://inclusaoescolar2010.blogspot.com.br/2010/>

A formação de professores provavelmente seja um dos fatores mais relevantes. Sabemos que a adequação das práticas pedagógicas voltadas a atender a especificidade de cada aluno é desafiadora. Compreender e desenvolver metodologias ativas de ensino-aprendizagem a fim de alcançar práticas que alcancem todos os nossos estudantes é primordial na profissão docente.

Por muitas vezes, esse aluno é tido como uma barreira, um empecilho que interfere nas aulas. Para alguns professores é quase impossível dedicar sua atenção a esse aluno com deficiência, já dito que para o professor demanda perda de tempo e de planejamento da sua prática pedagógica que também é excludente.

A inclusão da pessoa com deficiência na educação básica parte do princípio de que a educação formal é cada vez mais essencial para o desenvolvimento social, profissional e a preparação para o mundo do trabalho. (VARGAS, 2006).

É necessário que os alunos com necessidades especiais tenham a mesma oportunidade de permanecer no ambiente escolar, mas para isso é preciso que se vençamos as barreiras historicamente construídas e sejamos coparticipantes dos avanços da nossa sociedade.

Chahini e Silva (2007, p.1) reforçam essa ideia afirmando que:

A inclusão de pessoas com necessidades especiais (...) não representa concessão de privilégios, mas a promoção da equiparação de oportunidades, para que elas sejam incluídas na sociedade como cidadãs plenas de direitos para o desenvolvimento de suas potencialidades.

As escolas devem considerar a inserção dos estudantes com deficiência como um processo natural inerente a educação, e que as possibilidades sejam equiparadas a dos demais estudantes, garantindo assim a acessibilidade.

As políticas públicas direcionadas a promover ações que sirvam de estímulo para a inclusão das pessoas com deficiência na educação básica caminha a passos lentos, a questão não é apenas incluir, é essencial oportunizar a esses alunos a possibilidade de permanência e conclusão da escolaridade com relevante aproveitamento educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial inclusiva caminha por lutas e desafios constantes para alcançar o seu espaço. Possui o objetivo essencial de oportunizar a escolarização para os sujeitos que ainda vivem à margem de uma sociedade marcada pela discriminação, e pela valorização dos padrões considerados “normais” (físicos e intelectuais). (SILVA, 2009)

A partir do governo Lula, as políticas públicas para a educação brasileira passaram por mudanças de representaram muitas conquistas, mudanças estas que viabilizaram melhorias na formação de professores para atender estudantes com necessidades especiais, além de programas de inclusão e socialização.

Destacamos o crescente número de alunos com necessidades especiais matriculados nas escolas públicas nestes últimos anos, é uma grande conquista para a nossa sociedade, viabilizando diretamente alunos com necessidades especiais, dando-lhes acessibilidade e permanência na escola.

Destacamos ainda a necessidade de avançar na parte estrutural das instituições, ou organizacional com gestão democrática e demais aparatos políticos, e por fim a fixação de investimentos significativos nas escolas para a formação dos nossos docentes, com o intuito de romper com a estagnação das práticas educativas, dando abertura para as novas perspectivas da educação contemporânea e inclusiva.

As necessidades especiais apresentadas por determinados sujeitos podem ser físicas ou cognitivas, pontos já discutidos neste trabalho, por estas razões é que se faz necessário oportunizar abertura dos espaços educativos a fim de caminharmos para uma sociedade que busque diariamente a justiça e a igualdade de oportunidade (dentro de cada especificidade).

As propostas apresentadas pela nossa Constituição Federal (1988), pela Declaração de Salamanca (1994), e dos demais documentos legais para a educação especial representam alicerces essenciais para a concretização dos anseios de todos, integrando-os aos mais diversos contextos, atuando assim, como afirma Silva, (2009, pg. 15), no “desenvolvimento das potencialidades, saberes, atitudes e competências de todos os alunos.”

É tempo de avançarmos na nossa educação, todos devemos abraçar esta causa, a comunidade em geral, os pais, os grupos de pessoas com necessidades especiais, os órgãos, os professores, os estudantes, enfim, todos precisamos estar comprometidos com esta construção, para assim efetivarmos uma realidade educativa com ações inclusivas.

REFERÊNCIAS

BARRETA, E. M; CANAN, S. R. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos legais**. IX ANPED sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

BIAGGIO, Rita. **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. In: Revista Criança do professor da Educação infantil. Ministério da Educação. Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso janeiro/2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso julho/2016

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1996.

_____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CALHEIROS, D. S; FUMES, N. L. F. **O(a) aluno(a) com deficiência nas instituições de ensino superior de Maceió/ AL**. In : Debates em Educação. Maceió, v. 3, n. 5, p. 63-81, jan/jun 2011.

CHAHINI, T. H. C.; SILVA, S. M. M. **Educação Superior: os desafios do acesso e da permanência de alunos com deficiência auditiva em São Luís do Maranhão**. In: XVIII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste/EPENN. Maceió: Editora da

Universidade Federal de Alagoas, pp. 01-09, 2007.

CAMARGO, P. **Especial é a educação que inclui.** In: Revista Educatriz. Ano 5, N° 8. São Paulo: Editora Moderna, 2015.

FERREIRA, S. L. **Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília v.13, n.1, p. 43-60, 2007.

FRIAS, E. M. A. MENEZES, M. C. B. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular.** PDE-SEED/PR 2008/2009.

INCLUSÃO SOCIAL. Figura disponível em <http://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva/> Acesso janeiro/2018.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT. Disponível em <http://www.ibc.gov.br/>. Acesso junho/2016.

KASSAR, M. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

MAPA CONCEITUAL: Figura disponível em: <http://inclusaoescolar2010.Blogspot.com.br/2010/> Acesso janeiro/2018.

PIMENTEL, S. C. **Estudantes com deficiência no Ensino Superior: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB.** Cruz das Almas/BA: NUPI, PROGRAD, UFRB, 2013.

PORTAL DO MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em jan de 2018.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do surgimento da Educação Especial.** Revista de Educação do IDEAU, Alto Uruguai, 2010.

SILVA, L. M. G. **Educação especial e inclusão escolar sob a perspectiva legal.** Universidade Federal de Uberlândia. 2009.

VARGAS, G. M. S. **A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina Prática Pedagógica.** Prática de ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 8, p. 131-138, 2006.